

**TARDE**

## **AUDITOR DO ESTADO**

**NÍVEL SUPERIOR TIPO 4 – AZUL**



### **SUA PROVA**

- Além deste caderno contendo **80 (oitenta)** questões objetivas você receberá do fiscal de sala o cartão de respostas;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



### **TEMPO**

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e o preenchimento das folhas de textos definitivos;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



### **NÃO SERÁ PERMITIDO**

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



### **INFORMAÇÕES GERAIS**

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal de sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas;
- Para o preenchimento do cartão de respostas, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa prova!**

## MÓDULO II

### Contabilidade Pública e Administração Financeira e Orçamentária (AFO)

1

O Estado X enfrenta desafios fiscais causados por uma queda na arrecadação e um aumento inesperado nas despesas obrigatórias. O orçamento inicial para 2024 previa R\$ 500 milhões em receitas correntes e R\$ 470 milhões em despesas correntes. Contudo, uma atualização fiscal reduziu a previsão de receitas para R\$ 450 milhões e aumentou as despesas para R\$ 480 milhões.

Para manter o equilíbrio, seria necessário um contingenciamento de R\$ 30 milhões. No entanto, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) definiu que o contingenciamento deve ser limitado a R\$ 10 milhões, correspondente a 10% das despesas discricionárias, que são de R\$ 100 milhões.

Assim, o Estado X enfrenta um dilema: o contingenciamento necessário para equilibrar o orçamento é de R\$ 30 milhões, mas o limite imposto pela LDO permite contingenciar apenas R\$ 10 milhões.

Considerando o limite de contingenciamento da LDO e a necessidade de equilíbrio orçamentário, a melhor solução para que o Estado X resolva essa situação é

- (A) reduzir despesas obrigatórias para cumprir o limite de contingenciamento, uma vez que as despesas discricionárias não são suficientes para o equilíbrio.
- (B) solicitar ao Legislativo a revisão do limite de contingenciamento na LDO, de modo que ele seja ampliado para R\$ 30 milhões, atendendo à necessidade de ajuste orçamentário.
- (C) utilizar recursos de outras fontes ou empréstimos para cobrir o déficit, mantendo o limite de contingenciamento em R\$ 10 milhões conforme estabelecido pela LDO.
- (D) realizar um contingenciamento de R\$ 10 milhões e deixar o déficit de R\$ 20 milhões, justificando que o limite da LDO impede um contingenciamento maior.
- (E) redistribuir o contingenciamento de forma a cortar 10% em cada área de despesa, inclusive nas áreas obrigatórias de saúde e educação, para alcançar o valor de R\$ 30 milhões.

2

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), instituída pela Lei Complementar nº 101/2000, estabelece normas para a gestão fiscal responsável aplicáveis a todas as esferas de governo no Brasil. A LRF impõe limites aos gastos públicos e ao endividamento, além de exigir transparência e planejamento rigoroso no uso dos recursos públicos, com o objetivo de evitar déficits fiscais e assegurar a saúde financeira das administrações públicas.

Com base na Lei Complementar nº 101/2000, avalie as afirmativas a seguir.

- I. É vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente.
- II. É vedada a realização de operações de crédito entre instituição financeira estatal e outro ente da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta para financiar, direta ou indiretamente, despesas correntes, incluídas as operações destinadas a financiar a estruturação de projetos ou a garantir contraprestações em contratos de parceria público-privada ou de concessão para o ente da Federação afetado pelo estado de calamidade pública reconhecido pelo Congresso Nacional.
- III. É vedado o recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

**3**

Para o reconhecimento e a mensuração da perda por redução ao valor recuperável de um ativo não gerador de caixa, após o reconhecimento da perda, deve-se ajustar a despesa de depreciação, amortização ou exaustão do ativo nos períodos subsequentes. Esse ajuste visa alocar o valor contábil revisado do ativo, subtraído do valor residual (caso exista), de forma sistemática ao longo de sua vida útil remanescente.

Como exemplo de uma perda por redução ao valor recuperável, supõe-se que no exercício anterior o ente adquiriu um ativo imobilizado qualquer, por meio de pagamento à vista, conforme o seguinte registro contábil patrimonial:

Natureza da informação: patrimonial

D 1.2.3.x.x.xx.xx Imobilizado (P)

C 1.1.1.x.x.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa (F)

Supondo que o valor contábil do bem seja superior a seu valor recuperável, o ente deve proceder à redução ao valor recuperável do ativo.

Assinale a opção que apresenta o lançamento contábil patrimonial que faz o reconhecimento dessa perda.

- (A) D 4.6.5.2.x.xx.xx VPA de Reversão de Redução a Valor Recuperável de Imobilizado  
C 1.2.3.9.x.xx.xx (-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado
- (B) D 1.2.3.9.x.xx.xx (-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado  
C 4.6.5.2.x.xx.xx VPA de Reversão de Redução a Valor Recuperável de Imobilizado
- (C) D 3.6.1.5.x.xx.xx VPD com Redução ao Valor Recuperável de Ativo Imobilizado  
C 1.2.3.9.x.xx.xx (-) Redução ao Valor Recuperável de Ativo Imobilizado
- (D) D 1.2.3.9.x.xx.xx (-) Redução ao Valor Recuperável de Ativo Imobilizado  
C 3.6.1.5.x.xx.xx VPD com Redução ao Valor Recuperável de Ativo Imobilizado
- (E) D 3.6.1.5.x.xx.xx VPD com Redução ao Valor Recuperável de Ativo Imobilizado  
C 4.6.5.2.x.xx.xx VPA de Reversão de Redução a Valor Recuperável de Imobilizado

**4**

A União preparou o Quadro-Resumo de Riscos Fiscais, conforme exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), art. 4º, § 3º, para estimar possíveis impactos financeiros dos riscos fiscais identificados nos próximos três anos. O objetivo é auxiliar na elaboração de estratégias de mitigação.

No Quadro-Resumo, foram incluídos quatro riscos fiscais com seus valores projetados (em bilhões de reais) para o ano de 2024, 2025 e 2026, conforme a tabela a seguir.

Riscos Fiscais	2024	2025	2026
Demandas judiciais contra a administração direta da União	15	18	20
Demandas judiciais de natureza tributária	10	12	14
Demandas judiciais contra as autarquias e fundações	25	28	30
Demandas judiciais das empresas estatais	5	8	10
<b>Total</b>	<b>55</b>	<b>66</b>	<b>74</b>

O valor total dos riscos fiscais foi calculado para cada ano com base nas projeções de cada risco individual.

Com base nos dados apresentados, em relação ao comportamento dos riscos fiscais e ao impacto potencial no orçamento da União nos próximos anos, é correto afirmar que

- (A) o total dos riscos fiscais em 2026 será 25% maior que no ano de referência, indicando uma tendência de aumento substancial nos riscos para a União.
- (B) a taxa de crescimento anual média dos riscos fiscais entre o ano de referência e 2026 é de aproximadamente 12%, representando um desafio significativo para o controle do orçamento.
- (C) o risco de demandas judiciais contra as autarquias e fundações representa cerca de 42% do total dos riscos fiscais em 2025, sendo o principal risco para o orçamento da União.
- (D) a União pode esperar uma taxa de crescimento constante de 20% ao ano nos riscos fiscais, caso não sejam implementadas medidas de mitigação.
- (E) em 2025, o risco de demandas judiciais das empresas estatais é responsável por 8% do total dos riscos fiscais, o que evidencia a necessidade de monitoramento e controle sobre esse risco.

5

Como Auditor Governamental, você recebeu uma denúncia sobre o uso inadequado do suprimento de fundos em uma secretaria estadual. Durante a auditoria, foram identificados problemas como concessão de suprimento de fundos para despesas com materiais de escritório e viagens, além de prestações de contas parciais ou com documentos inconsistentes.

Foi observada a fragmentação de despesas para evitar processos de contratação formal, bem como a concessão de novos adiantamentos a servidores antes da aprovação da prestação de contas dos anteriores. Além disso, alguns valores foram usados para aquisições que não estavam previstas no escopo inicial do adiantamento.

Quanto à situação por você encontrada, é correto afirmar que

- (A) o uso de suprimentos de fundos para despesas de materiais de escritório é adequado, pois o regime de adiantamento não deve ser limitado a gastos de caráter imprevisível e urgentes, como pequenas despesas de manutenção emergencial.
- (B) a concessão de suprimentos de fundos antes da prestação de contas dos anteriores é regular, desde que o servidor apresente justificativas para cada nova solicitação e obtenha autorização formal da administração para a continuidade do uso de adiantamento.
- (C) a fragmentação de despesas para evitar o processo formal de contratação configura uma prática irregular de fracionamento indevido, violando o princípio da economicidade e da eficiência, além de contrariar a Lei nº 14.133/2021, que exige transparência e planejamento das aquisições públicas.
- (D) a apresentação de prestação de contas com documentos incompletos é aceitável em casos de urgência, desde que o servidor se comprometa a corrigir as inconsistências documentais em tempo hábil, garantindo a continuidade do regime de suprimentos de fundos.
- (E) a compra de itens não previstos no plano de despesas, mas autorizada no de suprimentos de fundos, é aceitável se os valores estiverem dentro do limite aprovado, uma vez que o mais importante é manter a prestação de contas dentro do total autorizado pelo regime.

6

Os Restos a Pagar referem-se às despesas empenhadas, mas não pagas até o encerramento do exercício financeiro, ou seja, aquelas que foram registradas no orçamento de um ano, porém o pagamento não ocorreu até 31 de dezembro. Elas são inscritas para pagamento no exercício seguinte.

Assinale a opção na qual os Restos a Pagar foram empenhados e ficaram pendentes de liquidação e pagamento.

- (A) Pagos.
- (B) Liquidados.
- (C) Processados.
- (D) Empenhados.
- (E) Não Processados.

7

Ana Cláudia é uma Auditora Interna Governamental e está auditando as fases de execução orçamentária de uma entidade pública. O objetivo dela é verificar a conformidade dos processos de empenho, liquidação e pagamento, assegurando que a execução orçamentária esteja em conformidade com as normas e os regulamentos aplicáveis.

Ao revisar uma série de empenhos realizados, Ana Cláudia observou que um processo foi empenhado sem o devido crédito orçamentário disponível.

Nessa situação, Ana Cláudia deve

- (A) ignorar a inconsistência, pois a liquidação corrigirá o erro.
- (B) informar ao gestor da área para que providencie um ajuste no sistema.
- (C) recomendar um ajuste de crédito orçamentário ao final do exercício financeiro.
- (D) permitir a continuidade do processo, pois o empenho será ajustado na fase de pagamento.
- (E) determinar a anulação do empenho e o reinício do processo com a disponibilidade de crédito.

8

A NBC TSP 01 estabelece normas e diretrizes para a apresentação das demonstrações contábeis aplicáveis ao setor público, visando proporcionar transparência, uniformidade e comparabilidade nas informações financeiras. Essa norma define princípios contábeis que orientam o reconhecimento, a mensuração e a divulgação de elementos, como ativos, passivos, receitas e despesas nas demonstrações de entidades governamentais e organizações do setor público.

Relacione os termos a seguir, estabelecidos na NBC TSP 01, às respectivas definições:

- I. Controle do ativo
  - II. Condições sobre ativos transferidos
  - III. Restrições sobre ativos transferidos
  - IV. Especificações sobre ativos transferidos
- ( ) São especificações que determinam que os benefícios econômicos futuros ou o potencial de serviços incorporados no ativo devem ser consumidos pelo recebedor conforme especificado, ou os benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços devem ser devolvidos ao transferente.
  - ( ) Ocorre quando a entidade pode utilizar ou se beneficiar do ativo em busca de seus objetivos e pode excluir, ou regular, o acesso de outras partes àquele benefício.
  - ( ) São as especificações que limitam ou direcionam os objetivos pelos quais o ativo transferido pode ser utilizado, mas que não especificam que benefícios econômicos ou potencial de serviços futuros devem ser devolvidos ao transferente se não utilizados conforme especificado.
  - ( ) São termos legais ou regulamentares, ou acordo obrigatório, impostos sobre o uso de ativo transferido por entidades externas à entidade que elabora as demonstrações contábeis.

Assinale a opção que indica a correspondência correta, na ordem apresentada.

- (A) I – IV – III – II.
- (B) IV – II – III – I.
- (C) IV – I – II – III.
- (D) II – I – III – IV.
- (E) II – IV – III – I.

9

Como Auditor Interno Governamental, você está revisando o processo de descentralização da execução orçamentária de uma entidade pública.

Durante sua análise, identificou uma Nota de Movimentação de Crédito (NC) - 001 no valor de R\$ 100.000 e uma Nota de Dotação (ND) - 001 no valor de R\$ 200.000, que são apresentadas a seguir.

**Nota de Movimentação de Crédito (NC) - 001**

**UG Emitente: Fundo de Educação**

**UG Favorecida: Escola Municipal**

UO: Fundo de Educação  
 Função: Educação (12)  
 Subfunção: Ensino Fundamental (361)  
 Programa: 010  
 Ação: 0202  
 ND:3390XXX  
 Fonte: 540  
 Valor descentralizado: R\$100.000,00

**Nota de Dotação (ND) - 001**

**UG Emitente: Fundo de Educação**

UO: Fundo de Educação  
 Função: Educação (12)  
 Subfunção: Ensino Fundamental  
 Programa: 010  
 Ação: 0202  
 ND:3390XXX  
 Fonte: 540  
 Valor da Dotação: R\$200.000,00

Seu objetivo é avaliar a conformidade dessas movimentações com as regras de execução orçamentária, assegurando que o uso dos recursos está de acordo com os limites estabelecidos e que a descentralização segue os princípios de controle e transparência.

Com base nessas informações, você deve

- (A) verificar se a NC e a ND são compatíveis com o plano orçamentário da unidade executora, garantindo que o valor descentralizado e o dotado estão corretamente vinculados aos objetivos estratégicos e ao PPA.
- (B) verificar se o valor da ND é superior ao valor da NC, pois a descentralização de crédito é realizada antes da dotação e deve sempre ter um valor maior para cobrir despesas extras imprevistas.
- (C) garantir que o valor descentralizado na NC e o valor dotado na ND são proporcionais e estão vinculados a atividades especificadas no planejamento anual da unidade, respeitando o limite de descentralização permitido, para assegurar a conformidade.
- (D) verificar se o valor da ND é exato e autorizado pelo orçamento anual, enquanto o valor da NC deve estar vinculado a uma necessidade específica de execução direta, sem ultrapassar o valor dotado.
- (E) confirmar que a ND é aprovada pela autoridade máxima da unidade e que o valor da NC, embora menor, pode ser redistribuído entre atividades sem que necessite de aprovação extra, desde que não exceda o valor total da ND.

10

O Regime de Recuperação Fiscal (RRF), instituído pela Lei Complementar nº 159/2017, é um programa que oferece condições especiais para que Estados brasileiros em grave crise fiscal reorganizem suas finanças e reequilibrem suas contas públicas.

Quanto ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), avalie as afirmativas a seguir.

- I. O Regime de Recuperação Fiscal envolve a ação planejada, coordenada e transparente de todos os Poderes, órgãos, entidades e fundos dos Estados e do Distrito Federal para corrigir os desvios que afetaram o equilíbrio das contas públicas.
- II. O Plano de Recuperação Fiscal será formado por leis ou atos normativos da União, por diagnóstico em que se reconhece a situação de desequilíbrio financeiro do Estado da Federação, por metas e compromissos e por detalhamento das medidas de ajuste, com os impactos esperados e os prazos para a sua adoção.
- III. Para efeitos do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), instituído pela Lei Complementar nº 159/2017, as referências aos Estados e ao Distrito Federal compreendem apenas o Poder Executivo e as respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

11

O cálculo do Resultado Nominal pode ser feito por duas metodologias: acima da linha e abaixo da linha.

Um Estado brasileiro precisa calcular o Resultado Nominal em um determinado período, utilizando os métodos acima da linha e abaixo da linha.

Foram levantados os seguintes dados:

- Receitas Correntes Brutas: R\$ 600 milhões;
- Dedução de Transferências Constitucionais: R\$ 50 milhões;
- Despesas Correntes Brutas: R\$ 500 milhões;
- Transferências Correntes Recebidas: R\$ 20 milhões;
- Dedução para Transferências para Municípios: R\$ 10 milhões;
- Juros da Dívida: R\$ 25 milhões;
- Variação do Endividamento Bruto no Período: R\$ 80 milhões;
- Variação dos Ativos Financeiros no Período: R\$ 15 milhões (positivo).

Com base nesses dados, os valores do Resultado Nominal acima da linha e do Resultado Nominal abaixo da linha são, respectivamente,

- (A) R\$ 65 milhões e R\$ 55 milhões.
- (B) R\$ 90 milhões e R\$ 65 milhões.
- (C) R\$ 65 milhões e R\$ 50 milhões.
- (D) R\$ 55 milhões e R\$ 65 milhões.
- (E) R\$ 55 milhões e R\$ 70 milhões.

**12**

Um Governador de Estado concedeu uma renúncia de receita por meio de isenção de impostos para um setor industrial com o objetivo de atrair investimentos. No entanto, há indícios de que essa renúncia não seguiu todos os requisitos estabelecidos pela LRF, como a estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, a adoção de medidas compensatórias de receita e a inclusão dos estudos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A medida gerou questionamentos sobre a responsabilidade fiscal e o equilíbrio orçamentário.

Diante dessa situação, assinale a interpretação mais adequada sobre as implicações e requisitos dessa renúncia de receita.

- (A) A concessão é válida, pois o governador tem a autonomia para isentar setores que incentivem o desenvolvimento econômico estadual. A ausência do estudo de impacto orçamentário-financeiro pode ser justificada pela natureza estratégica do investimento e pela expectativa de retorno econômico futuro.
- (B) A renúncia de receita pode ser considerada irregular caso o estudo de impacto orçamentário-financeiro não tenha sido detalhado para o exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, exigência indispensável do Art. 14 da LRF.
- (C) A renúncia pode ser regular desde que seja compensada por um aumento de arrecadação tributária em outra fonte, mesmo que não tenha sido incluída na LDO. A compensação pode ser feita com ajustes de arrecadação ao longo do ano, se os valores arrecadados superarem o valor da renúncia.
- (D) A medida é considerada ilegal porque a estimativa de impacto, além de ser obrigatória para o exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, precisa ser compatível com as metas de resultados fiscais previstas na LDO e com as metas fiscais da Lei Orçamentária Anual (LOA). Sem estas etapas, o benefício é considerado renúncia de receita ilegal.
- (E) A medida só é regular se o setor beneficiado justificar a renúncia com o aumento da arrecadação futura e garantir que o impacto financeiro seja incluído na LOA do exercício em que a renúncia será plenamente implementada. Caso contrário, é considerada ilegal pela ausência de medidas compensatórias.

**13**

A NBC TSP - Estrutura Conceitual estabelece os princípios e conceitos fundamentais que orientam a contabilidade aplicada ao setor público no Brasil. Ela define os objetivos das demonstrações contábeis, que visam fornecer informações úteis para a tomada de decisão e a prestação de contas pelos gestores públicos.

A norma aborda os elementos das demonstrações contábeis (ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas), os critérios de reconhecimento, de mensuração e de evidência, além de princípios como a relevância, a representação fidedigna e a comparabilidade, buscando promover a transparência e a *accountability* na gestão pública.

Em relação à NBC TSP - Estrutura Conceitual, avalie as afirmativas a seguir.

- I. No setor público, a principal razão de se manterem ativos imobilizados e outros ativos é voltada para o potencial de serviços desses ativos e não para a sua capacidade de gerar fluxos de caixa.
- II. Em razão dos tipos de serviços prestados, uma parcela significativa dos ativos utilizados pelas entidades do setor público é especializada, como, por exemplo, os ativos de infraestrutura e os ativos militares.
- III. Os ativos imobilizados do setor público não podem ser comercializados para terceiros e não admitem adaptação para serem utilizados por outros operadores.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.  
 (B) I e II, apenas.  
 (C) I e III, apenas.  
 (D) II e III, apenas.  
 (E) I, II e III.

**14**

A receita orçamentária é classificada em efetiva e não efetiva, com base no impacto que causa no patrimônio público. A receita efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidade de recursos não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes.

Assinale a opção que apresenta um lançamento contábil de uma receita efetiva.

- (A) D 5.2.1.1.x.xx.xx Previsão Inicial da Receita  
 C 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar
- (B) D 2.1.2.1.x.xx.xx Créditos Tributários a Pagar (P)  
 C 4.1.1.1.x.xx.xx VPA – Impostos
- (C) D 1.1.1.1.x.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa  
 C 4.1.1.1.x.xx.xx VPA – Impostos
- (D) D 5.2.1.1.x.xx.xx Previsão Inicial da Receita  
 C 4.1.1.1.x.xx.xx VPA – Impostos
- (E) D 1.1.1.1.x.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa  
 C 1.1.2.1.x.xx.xx Créditos Tributários a Receber

15

O Estado X estabeleceu, no seu Plano Plurianual (PPA), a meta de reduzir a taxa de trabalho infantil de 10% para 0% até o final do ciclo orçamentário. Para atingir essa meta, o Estado definiu programas específicos distribuídos entre diferentes áreas, como educação, assistência social e geração de renda familiar, visando criar condições que desestimulem o trabalho infantil.

Cada programa do PPA possui metas físicas e indicadores quantificados, que permitem monitorar o progresso e avaliar a efetividade das ações implementadas. No entanto, o orçamento é limitado, e os gestores devem tomar decisões para otimizar o uso dos recursos e garantir que as metas e os indicadores do PPA sejam alcançados.

Diante do objetivo de reduzir o trabalho infantil e da necessidade de otimizar o uso do orçamento, a estratégia mais eficaz para maximizar o impacto dos programas e atingir a meta de redução planejada seria

- (A) reduzir o orçamento dos programas de geração de renda familiar e redirecionar esses recursos para a educação, já que muitas crianças envolvidas no trabalho infantil estão fora da escola.
- (B) priorizar investimentos em assistência social, ampliando o apoio direto às famílias e incentivando a permanência das crianças nas escolas por meio de bolsas e incentivos financeiros, com metas físicas e indicadores claros para acompanhar o progresso.
- (C) manter o orçamento atual para todos os setores, mas fortalecer as ações de fiscalização e punição do trabalho infantil, sem aumentar investimentos em educação e assistência social.
- (D) realocar recursos de programas de combate ao desemprego adulto para programas educacionais e sociais voltados à infância, sob a premissa de que a redução do trabalho infantil depende do apoio à família.
- (E) concentrar todos os recursos no fortalecimento de programas de geração de renda familiar, garantindo que as famílias tenham recursos financeiros suficientes para que os pais possam manter seus filhos fora do trabalho infantil, sem ampliar os investimentos em educação e assistência social.

16

O Decreto nº 10.540/2020 estabelece normas para a implementação do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (Siafic) em todos os entes da Federação, com o objetivo de promover transparência, padronização e controle na execução das finanças públicas.

O decreto define que os entes devem adotar um sistema contábil e financeiro único, que integre a execução do orçamento e permita a consolidação das contas públicas de forma mais ágil e precisa. Além disso, fixa diretrizes para garantir a fidedignidade e a qualidade das informações contábeis, visando ao fortalecimento da transparência e à conformidade com normas nacionais de contabilidade aplicáveis ao setor público.

Quanto ao Decreto nº 10.540/2020, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Quem deve cuidar da contratação ou do desenvolvimento do Siafic é o Poder Executivo. Em relação ao custeio do sistema, pode existir ou não a transferência de recursos entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo para a contratação, a manutenção e o gerenciamento do sistema. O ideal é que a decisão ocorra entre os Poderes Legislativo e Executivo, em um diálogo.
- II. O sistema único não fere a autonomia entre os Poderes. O Siafic é um sistema único de registro dos atos e fatos da administração orçamentária, fiscal e de segurança social de cada ente, e não um sistema único de gestão. O Siafic de cada ente deverá ter perfis de acesso, em que cada usuário tenha permissão para fazer alterações somente naqueles dados pertencentes aos seus órgãos.
- III. O fato de a Prefeitura e a Câmara Municipal utilizarem o mesmo sistema significa que a Prefeitura terá poder sobre o gerenciamento das contas do Poder Legislativo. O sistema deverá obrigatoriamente prever perfis de acesso, com regras rígidas de controle, em que cada unidade gestora só consiga fazer alterações nas informações de sua responsabilidade.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

**17**

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) é uma estrutura contábil criada para o setor público brasileiro, estabelecida para organizar o registro e a classificação de eventos contábeis na administração pública. Ele divide as contas contábeis em grupos, subgrupos e níveis, permitindo maior transparência e comparabilidade das informações contábeis, essenciais para a análise e a prestação de contas da gestão pública.

O PCASP visa também garantir que os registros contábeis estejam em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), facilitando o controle financeiro, a transparência e a *accountability* na administração pública.

Um objetivo do PCASP é

- (A) padronizar os registros contábeis das entidades do setor público.
- (B) mesclar os registros de natureza patrimonial, orçamentária e de controle.
- (C) contribuir para a transparência da gestão federal e para o controle contábil.
- (D) exigir o máximo detalhamento das contas contábeis, a partir do estabelecido pela STN.
- (E) adaptar-se aos sistemas de contabilidade existentes, de modo que possa ser adequado às peculiaridades de cada ente.

**18**

Conforme o Art. 35 da Lei nº 4.320/1964, o registro da receita orçamentária ocorre no momento da arrecadação e decorre do enfoque orçamentário dessa lei, tendo por objetivo evitar que a execução das despesas orçamentárias ultrapasse a arrecadação efetiva.

Assinale a opção que representa o lançamento contábil do registro da previsão da receita no momento da aprovação da Lei Orçamentária.

- (A) D 6.2.1.2.x.xx Receita Realizada  
C 6.2.1.1.x.xx Receita a Realizar
- (B) D 6.2.1.1.x.xx Receita a Realizar  
C 6.2.1.2.x.xx Receita Realizada
- (C) D 5.2.1.1.x.xx Previsão Inicial da Receita  
C 6.2.1.1.x.xx Receita a Realizar
- (D) D 5.2.1.1.x.xx Previsão Inicial da Receita  
C 6.2.1.2.x.xx Receita Realizada
- (E) D 7.2.1.1.x.xx Controle da Disponibilidade de Recursos  
C 8.2.1.1.1.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos

**19**

O orçamento público exerce três funções econômicas essenciais: a função alocativa, a função distributiva e a função estabilizadora. Relacione as funções do orçamento público a seguir, com suas respectivas definições.

- I. Alocativa
  - II. Distributiva
  - III. Estabilizadora
- ( ) Oferecer bens e serviços públicos que não são ou não possam ser regularmente oferecidos pelo setor privado da economia, ou que seriam oferecidos em condições ineficientes.
  - ( ) Promover intervenções na economia com o objetivo de tornar a sociedade menos desigual em todos os seus aspectos, tanto em relação ao acesso à renda quanto no que diz respeito ao acesso a bens e serviços públicos e aos benefícios gerais da vida em sociedade.
  - ( ) Promover o equilíbrio de preços, a manutenção do emprego e a estabilidade em geral da sociedade.

A relação correta, na ordem apresentada, é

- (A) I – II – III.
- (B) II – III – I.
- (C) I – III – II.
- (D) III – I – II.
- (E) II – I – III.

**20**

O Balanço Patrimonial, que compõe as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), deverá ser acompanhado de notas explicativas em função da dimensão, da natureza e dos valores envolvidos nos ativos e passivos. A entidade deve divulgar, no balanço patrimonial ou nas notas explicativas, rubricas adicionais às contas apresentadas (subclassificações), classificadas de forma adequada às operações da entidade.

O detalhamento da conta é recomendado para a seguinte conta:

- (A) Estoques.
- (B) Imobilizado.
- (C) Investimentos.
- (D) Caixa e equivalentes de caixa.
- (E) Demais créditos e valores a curto prazo.

21

Os Princípios Orçamentários visam estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. Válidos para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos – União, Estados, Distrito Federal e Municípios – eles são estabelecidos e disciplinados por normas constitucionais, infraconstitucionais e pela doutrina.

Relacione os Princípios Orçamentários a seguir, com suas respectivas definições:

- I. Totalidade
- II. Periodicidade
- III. Exclusividade
- IV. Universalidade

( ) Estabelecido, de forma expressa, pelo *caput* do Art. 2º da Lei nº 4.320/1964, recepcionado e normatizado pelo § 5º do Art. 165 da Constituição Federal, determina que a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os Poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

( ) Previsto, de forma expressa, pelo *caput* do Art. 2º da Lei nº 4.320/1964, determina a existência de orçamento único para cada um dos entes federados – União, Estados, Distrito Federal e Municípios com a finalidade de se evitarem múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política. Dessa forma, todas as receitas previstas e despesas fixadas, em cada exercício financeiro, devem integrar um único documento legal dentro de cada esfera federativa: a Lei Orçamentária Anual (LOA).

( ) Estipulado, de forma literal, pelo *caput* do Art. 2º da Lei nº 4.320/1964, delimita o exercício financeiro orçamentário: período de tempo ao qual a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na LOA irão se referir. Segundo o Art. 34 da Lei nº 4.320/1964, o exercício financeiro coincidirá com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

( ) Previsto no § 8º do Art. 165 da Constituição Federal de 1988, estabelece que a LOA não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Ressalvam-se dessa proibição a autorização para abertura de crédito suplementar e a contratação de operações de crédito, nos termos da lei.

Assinale a opção que indica a correspondência correta, na ordem apresentada.

- (A) III – I – II – IV.
- (B) IV – II – I – III.
- (C) IV – I – II – III.
- (D) IV – I – III – II.
- (E) III – IV – I – II.

22

A movimentação do orçamento público ocorre, além do orçamento inicial, por meio de créditos adicionais, que podem ser suplementares, especiais e extraordinários, permitindo ajustes e atendimento de necessidades que surgem após a aprovação do orçamento anual.

Em relação aos créditos adicionais, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Créditos suplementares são utilizados para reforçar dotações já existentes no orçamento e requerem justificativa e autorização legislativa específica, ajustando recursos para áreas que necessitam de um montante adicional.
- II. Créditos especiais destinam-se a despesas não previstas originalmente no orçamento, também demandando autorização legislativa, e são usados para novas necessidades que não se enquadram nas dotações preexistentes.
- III. Créditos extraordinários são autorizados pelo Poder Executivo e dispensam a prévia autorização legislativa, sendo utilizados para cobrir despesas urgentes e imprevistas decorrentes de situações excepcionais, como guerras, calamidades públicas ou desastres. Essa flexibilidade permite que o governo se adapte a novas demandas sem comprometer a eficiência e a responsabilidade fiscal.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

23

A proposta orçamentária de um Estado da Federação é um documento formal elaborado anualmente pelo Poder Executivo e submetido à aprovação do Legislativo, contemplando os elementos essenciais para o planejamento e a execução do orçamento estadual. Ela inclui as estimativas de receitas e a previsão das despesas para o exercício seguinte, segmentadas em despesas correntes, de capital e outras classificações detalhadas.

A proposta deve ainda observar formalidades legais, como prazos e procedimentos de envio, além de incluir anexos, justificativas e memórias de cálculo que permitam a análise e o controle sobre a aplicação dos recursos públicos.

Quanto à proposta orçamentária, avalie as afirmativas a seguir.

- I. A proposta orçamentária deve estar em plena consonância com o Plano Plurianual (PPA), e de acordo com as diretrizes da LDO, assegurando que os objetivos de longo prazo do Estado sejam cumpridos e que haja continuidade nos investimentos prioritários.
- II. As receitas estimadas na proposta orçamentária podem incluir valores de arrecadação futura baseados em novos tributos planejados, mesmo que ainda não aprovados, desde que esses estejam em conformidade com a previsão da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- III. A proposta orçamentária deve incluir um anexo com a discriminação das despesas com pessoal e encargos sociais, permitindo o controle do cumprimento dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

24

As despesas orçamentárias são os gastos planejados e autorizados no orçamento público para a execução de políticas e programas governamentais. Elas são divididas em três categorias principais: despesas correntes (destinadas ao funcionamento da máquina pública, como salários e manutenção), despesas de capital (investimentos em infraestrutura e projetos de longo prazo) e a amortização da dívida pública.

As despesas orçamentárias devem ser executadas conforme o previsto no orçamento aprovado, respeitando os limites estabelecidos, e são controladas por meio de mecanismos de fiscalização e auditoria, com o objetivo de garantir a transparência e o cumprimento das metas fiscais.

Assinale a o lançamento contábil que registra o momento do empenho da despesa orçamentária (ocorrência do fato gerador depois do empenho).

- (A) D 6.2.2.1.x.xx.xx Crédito Disponível  
 C 6.2.2.1.x.xx.xx Crédito Empenhado a Liquidar  
 D 8.2.1.1.2.xx.xx DDR Comprometida por Empenho  
 C 8.2.1.1.3.xx.xx DDR Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias
- (B) D 6.2.2.1.3.02.xx Crédito Empenhado em Liquidação  
 C 6.2.2.1.3.03.xx Crédito Empenhado Liquidado a Pagar  
 D 8.2.1.1.x.xx.xx Execução da Disponibilidade de Recursos  
 C 8.2.1.1.x.xx.xx DDR Comprometida por Empenho
- (C) D 3.1.1.1.x.xx.xx Variação Patrimonial Diminutiva  
 C 2.1.1.1.x.xx.xx Passivo Circulante  
 D 6.2.2.1.3.01.xx Crédito Empenhado a Liquidar  
 C 6.2.2.1.3.02.xx Crédito Empenhado em Liquidação
- (D) D 6.2.2.1.3.02.xx Crédito Empenhado em Liquidação  
 C 6.2.2.1.3.03.xx Crédito Empenhado Liquidado a Pagar  
 D 8.2.1.1.2.xx.xx DDR Comprometida por Empenho  
 C 8.2.1.1.3.xx.xx DDR Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias
- (E) D 6.2.2.1.x.xx.xx Crédito Disponível  
 C 6.2.2.1.x.xx.xx Crédito Empenhado a Liquidar  
 D 8.2.1.1.x.xx.xx Execução da Disponibilidade de Recursos  
 C 8.2.1.1.x.xx.xx DDR Comprometida por Empenho

## Contabilidade Geral

25

Uma sociedade empresária apresentava os seguintes saldos em seu Balanço Patrimonial em 31/12/2023:

- Disponibilidades: .....R\$ 200.000;
- Capital Social: .....R\$ 150.000;
- Reserva de capital: .....R\$ 35.000;
- Reserva de Lucros: .....R\$ 15.000.

Em 02/01/2024, ela adquiriu, pela primeira vez, ações de emissão própria, conforme previsto na Lei nº 6.404/76 e modificações, por R\$ 20.000.

Em 01/06/2024, a sociedade empresária vendeu todas essas ações por R\$ 18.000. Na data, os custos de transação foram de R\$ 1.500.

A transação de compra e venda gerou, nas demonstrações contábeis semestrais, de 30/06/2023, o seguinte efeito:

- (A) redução no capital social de R\$ 3.500.  
 (B) redução direta na reserva de lucros de R\$ 3.500.  
 (C) redução na reserva de capital de R\$ 3.500.  
 (D) aumento de R\$ 16.500 nas receitas e de R\$ 20.000 nas despesas.  
 (E) aumento de R\$ 18.000 nas receitas e de R\$ 21.500 nas despesas.

26

Uma sociedade empresária apresentava em seu Balanço Patrimonial, no ativo, a conta "Dividendos a Receber" com saldo de R\$ 100.000. Esses dividendos ainda não foram declarados pela empresa investida, mas foram reconhecidos em seu passivo de acordo com as normas contábeis.

Esses dividendos são

- (A) mínimos obrigatórios, a receber apenas de empresas controladas.  
 (B) mínimos obrigatórios, a receber de qualquer empresa investida.  
 (C) adicionais ao mínimo obrigatório, a receber de qualquer empresa investida.  
 (D) mínimos obrigatórios e adicionais a eles, a receber de qualquer empresa investida.  
 (E) mínimos obrigatórios e adicionais a eles, a receber apenas de empresas controladas.

**27**

Uma sociedade empresária exerce a atividade de arrendamento de imóveis a terceiros.

Em 31/12/2024, ela atuou como arrendadora e realizou um arrendamento operacional de um prédio de quatro andares a uma escola em um contrato de dois anos. O prédio estava avaliado no Balanço Patrimonial da sociedade empresária por R\$ 800.000.

O aluguel mensal era de R\$ 10.000. O primeiro andar da escola era destinado à secretaria e a atendimentos e o restante era destinado às aulas.

Assinale a opção que indica a classificação do prédio no Balanço Patrimonial da sociedade empresária em 31/12/2024:

- (A) R\$ 60.000 em ativo imobilizado e R\$ 180.000 em propriedade para investimentos.
- (B) R\$ 200.000 em ativo imobilizado e R\$ 600.000 em propriedade para investimentos.
- (C) R\$ 240.000 em propriedade para investimentos.
- (D) R\$ 800.000 em ativo imobilizado.
- (E) R\$ 800.000 em propriedade para investimentos.

**28**

Uma empresa brasileira de grande porte apresentava os seguintes saldos em seu balanço patrimonial em 31/10/2024:

- Disponibilidades: .....R\$ 15.000;
- Estoque: .....R\$ 30.000;
- Patrimônio Líquido: .....R\$ 45.000.

Em 07/11/2024, a loja vendeu metade de seu estoque para um cliente nos Estados Unidos por um montante equivalente a US\$4,000 com recebimento previsto para 90 dias. Na data da venda, a cotação do dólar era de R\$ 5,64. Ainda, era previsto que a cotação no fechamento da Demonstração do Resultado mensal, em 30/11/2024 seria de R\$ 5,70.

Em 30/11/2024, o dólar estava cotado a R\$ 6,10.

Assinale a opção que indica o resultado bruto da loja na Demonstração do Resultado no mês de novembro.

- (A) R\$ 7.560.
- (B) R\$ 7.800.
- (C) R\$ 9.400.
- (D) R\$ 22.560.
- (E) R\$ 24.400.

**29**

Em 30/04/2024, uma loja de materiais esportivos iniciou uma campanha de marketing por meio da venda de cartões-presente, que poderiam ser utilizados em até 30 dias a partir da data da compra. Na política definida, a loja não restituiria o montante pago e não efetuará a devolução da quantia, mesmo em relação às compras com valores menores do que o de face.

Em 30/04/2024, a loja vendeu 10 cartões-presente de R\$ 200.

Com base em sua expectativa, na data, a loja esperava que:

- 10% dos cartões seriam utilizados em compras de valores maiores do que R\$ 200;
- 20% dos cartões seriam utilizados em compras no valor exato de R\$ 200;
- 30% dos cartões não seriam utilizados;
- 40% dos cartões seriam utilizados em compras de valores menores do que R\$ 200.

Assinale a opção que indica o reconhecimento da receita na Demonstração do Resultado da loja.

- (A) R\$ 600 em abril e R\$ 1.400 em maio.
- (B) R\$ 1.400 em abril e R\$ 600 em maio.
- (C) R\$ 1.400 em maio, apenas.
- (D) R\$ 2.000 em abril.
- (E) R\$ 2.000 em maio.

**30**

Uma sociedade empresária comprava estoques de matéria-prima com condição para pagamento a prazo.

Em 01/12/2024, a empresa adquiriu R\$ 23.000 em estoque para pagamento em 180 dias. O valor é considerado relevante para a empresa. Caso o pagamento fosse realizado à vista, o valor da compra seria de R\$ 21.000.

No momento da compra, a empresa reconheceu as seguintes modificações em seus elementos patrimoniais:

- (A) aumento de R\$ 21.000 no ativo e de R\$ 21.000 no patrimônio líquido.
- (B) aumento de R\$ 21.000 no ativo e no passivo.
- (C) aumento de R\$ 23.000 no ativo e no passivo.
- (D) aumento de R\$ 23.000 no ativo, de R\$ 21.000 no passivo e de R\$ 2.000 no patrimônio líquido.
- (E) aumento de R\$ 21.000 no ativo e de R\$ 23.000 no passivo e diminuição de R\$ 2.000 no patrimônio líquido.

31

Em 01/01/2024, uma sociedade empresária adquiriu do Governo uma edificação para a construção de uma fábrica. O valor justo da edificação era de R\$ 800.000, no entanto, a sociedade empresária recebeu uma subvenção de 60% do valor, de modo que a compra foi realizada por R\$ 320.000, com a condição de geração de empregos para a sociedade. A vida útil estimada da edificação era de 50 anos e a sociedade empresária deprecia os seus ativos imobilizados de acordo com o método da linha reta.

Em relação aos fatos, avalie as afirmações a seguir.

- I. É prevista uma diminuição anual de R\$ 9.600 no passivo.
- II. O ativo imobilizado é inicialmente reconhecido contabilmente por R\$ 320.000.
- III. No momento da compra é reconhecida uma receita de R\$ 480.000.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

32

Uma sociedade empresária, que presta serviços de consultoria, apresentava os seguintes saldos em seu balanço patrimonial em 31/12/2023:

- Disponibilidades: .....R\$ 400.000;
- Patrimônio Líquido: .....R\$ 400.000.

Os serviços são prestados em uma área alugada em um prédio comercial.

Em 2024, a sociedade empresária reconheceu receitas de prestação de serviços de R\$ 60.000. O valor foi recebido à vista. Além disso, os custos e as despesas reconhecidos e pagos, relacionados à prestação, foram de R\$ 20.000. As receitas são tributáveis e os custos e as despesas são dedutíveis. Ainda, durante o ano, a sociedade empresária foi acionada na justiça por dois vizinhos. O primeiro reclamava que os empregados jogavam lixo no corredor do andar, e pedia R\$ 15.000 por danos morais. Já o segundo reclamava que os empregados geravam barulhos excessivos e pedia R\$ 10.000 por danos morais. A sociedade empresária julgava que a perda da primeira causa era provável, enquanto da segunda possível.

Considerando que a alíquota do imposto de renda e contribuição social era de 34% e que o valor reconhecido será pago no exercício seguinte, assinale a opção que indica o passivo da sociedade empresária em 31/12/2024.

- (A) R\$ 20.100.
- (B) R\$ 23.500.
- (C) R\$ 23.600.
- (D) R\$ 28.600.
- (E) R\$ 38.600.

## Direito Administrativo e Direito Constitucional

33

Matheus, agente público competente no âmbito do Estado Alfa, em situação de iminente perigo público, causado por evento climático extremo, pretende utilizar o imóvel particular de Jonas, com o objetivo de atender ao interesse público primário.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, a atuação de Matheus caracterizará uma manifestação do instituto da

- (A) requisição administrativa, modalidade de intervenção branda do Estado na propriedade, assegurando ao proprietário indenização prévia, justa e em dinheiro.
- (B) desapropriação, modalidade de intervenção drástica do Estado na propriedade, assegurando ao proprietário indenização prévia, justa e em dinheiro.
- (C) requisição administrativa, modalidade de intervenção branda do Estado na propriedade, assegurando ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- (D) ocupação temporária, modalidade de intervenção branda do Estado na propriedade, assegurando ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- (E) ocupação temporária, modalidade de intervenção drástica do Estado na propriedade, assegurando ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

34

Depois do recebimento de denúncia por parte de um funcionário, no sentido de que a sociedade empresária Alfa estaria praticando atos lesivos à administração pública do Estado do Rio Grande do Sul, João, agente público, consultou seu superior hierárquico sobre a possibilidade de se deflagrar um procedimento preliminar de investigação, no contexto da legislação estadual anticorrupção.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei Estadual nº 15.228/2018, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Na inexistência de elementos suficientes para a instauração do processo administrativo, o procedimento preliminar de investigação será instaurado mediante denúncia ou representação, vedada a atuação de ofício das autoridades públicas, com a finalidade de produzir elementos para a identificação do ato lesivo à administração pública e de sua autoria.
- II. O procedimento preliminar de investigação tem caráter não punitivo, adversarial e público, e é anterior à instauração do processo administrativo de responsabilização de pessoa jurídica, destinando-se à coleta de elementos suficientes para a instauração do referido processo administrativo.
- III. O arquivamento de procedimento preliminar de investigação não vincula a administração pública e não impede a instauração de posterior processo administrativo de responsabilização.

Nesse cenário, está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

35

Matheus, em observância às formalidades legais, ingressou com processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Contudo, após a fase de instrução, foi proferida decisão desfavorável aos interesses do administrado. Dessa forma, Matheus pretende recorrer do que fora decidido, com base em razões de legalidade e de mérito.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei Estadual nº 15.612/2021, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Se o recorrente alegar que a decisão administrativa contraria enunciado de súmula vinculante ou de súmula persuasiva do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, caberá à autoridade prolatora da decisão impugnada, se não a reconsiderar, explicitar, antes de encaminhar o recurso à autoridade superior, as razões da aplicabilidade ou inaplicabilidade da súmula, conforme o caso.
- II. O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de dez dias, o encaminhará à autoridade superior.
- III. O recurso administrativo tramitará no máximo por três instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.

Nesse cenário, está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

36

Rodrigo, agente público, interessado na temática afeta ao combate à corrupção, verificou que o Decreto Estadual nº 56.237/2021 instituiu o Sistema e a Política de Governança, Gestão e Integridade do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul. Durante a leitura da norma legal, o referido servidor se deparou com o seguinte conceito: *Conjunto estruturado de mecanismos internos e medidas institucionais voltadas à prevenção, detecção, punição e remediação de práticas de corrupção, fraudes, irregularidades e desvios éticos e de conduta, concebido em conformidade com as disposições do presente decreto.*

Nesse cenário, considerando as disposições do Decreto Estadual nº 56.237/2021, se está diante do conceito de

- (A) Programa de integridade.
- (B) Plano de integridade.
- (C) Risco de integridade.
- (D) Gestão estratégica.
- (E) Gestão de riscos.

37

Após tomar ciência de que o Estado do Rio Grande do Sul pretende publicar edital de licitação para a celebração de contrato de parceria público-privada, a sociedade empresária Alfa contratou advogados especialistas na matéria, os quais prestarão consultoria jurídica aos dirigentes do grupo empresarial, orientando-os sobre as peculiaridades da legislação de regência.

Nesse cenário, considerando o disposto na Lei nº 11.079/2004, é **incorreto** afirmar que

- (A) as cláusulas contratuais de atualização automática de valores baseadas em índices e fórmulas matemáticas, quando houver, serão aplicadas sem necessidade de homologação pela Administração Pública, exceto se esta publicar, na imprensa oficial, onde houver, até o prazo de 15 dias após apresentação da fatura, razões fundamentadas na Lei nº 11.079/2004 ou no contrato para a rejeição da atualização.
- (B) além das cláusulas obrigatórias do contrato de parceria público-privada, as partes poderão prever, facultativamente, a partir de negociação, o compartilhamento com a Administração Pública de ganhos econômicos efetivos do parceiro privado decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos utilizados pelo parceiro privado.
- (C) a contraprestação da Administração Pública nos contratos de parceria público-privada poderá ser feita por ordem bancária, cessão de créditos não tributários, outorga de direitos em face da Administração Pública, outorga de direitos sobre bens públicos dominicais e outros meios admitidos em lei.
- (D) o prazo de vigência do contrato de parceria público-privada será compatível com a amortização dos investimentos realizados, não inferior a cinco nem superior a trinta e cinco anos, incluindo eventual prorrogação.
- (E) o contrato poderá prever o pagamento ao parceiro privado de remuneração variável vinculada ao seu desempenho, conforme metas e padrões de qualidade e disponibilidade definidos no contrato.

38

O Estado do Rio Grande do Sul, em observância às formalidades legais, publicou edital de licitação, visando à celebração de determinado contrato administrativo. Registre-se que o edital prevê que, no momento de apresentação das propostas, haja a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, avalie as afirmativas a seguir.

- I. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de cinco dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.
- II. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.
- III. A garantia de proposta não poderá ser superior a 5% do valor estimado para a contratação.

Nesse cenário, está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

39

Eduardo, servidor público no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, foi comunicado de que irá integrar comissão processante, no contexto de um processo administrativo disciplinar deflagrado em face de determinado agente público. Dessa forma, Eduardo resolveu analisar a legislação de regência, para tomar conhecimento prévio sobre a função que desempenhará.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei Complementar Estadual nº 10.098/1994, é correto afirmar que

- (A) a ausência, sem motivo justificado, por mais de três sessões, de qualquer dos membros da comissão, determinará, após procedimento sumário de averiguação, a substituição do faltoso, sem prejuízo de ser passível de punição disciplinar por falta de cumprimento do dever funcional.
- (B) o processo administrativo disciplinar será conduzido por comissão composta de três servidores estáveis, sendo pelo menos um com formação superior, designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente.
- (C) não poderá integrar a comissão o servidor que tenha feito a denúncia de que resultar o processo disciplinar, bem como o cônjuge ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o quarto grau.
- (D) o presidente da comissão designará, para secretariá-lo, um servidor dentre os componentes da comissão processante.
- (E) a comissão somente poderá deliberar com a presença absoluta de todos os seus membros.

40

Em outubro de 2024, Maria, servidora pública, agindo com dolo, liberou verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes, ensejando, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial em detrimento do Estado do Rio Grande do Sul. Registre-se que não se trata de ato de menor ofensa aos bens jurídicos tutelados pela Lei de Improbidade Administrativa.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Em caso de condenação pela prática de ato doloso de improbidade administrativa, Maria estará sujeita, em tese, às sanções de perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos até 14 anos, pagamento de multa civil equivalente ao valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócia majoritária, pelo prazo não superior a 14 anos.
- II. Em caso de condenação pela prática de ato doloso de improbidade administrativa, a pena de multa, aplicável à acusada Maria, pode ser aumentada até o triplo, se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica da ré, o valor calculado é ineficaz para a reprovação e a prevenção do ato de improbidade.
- III. Em caso de condenação pela prática de ato doloso de improbidade administrativa, as sanções previstas na Lei nº 8.429/1992 somente poderão ser executadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

Nesse cenário, está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

41

Depois que determinado evento climático adverso atingiu de forma severa o Estado Alfa, doações das mais variadas regiões do Brasil chegaram ao referido ente federativo, por meio de diferentes estradas. Além disso, foi possível constatar uma demanda elevada nos hospitais públicos da rede estadual.

Nesse cenário, considerando a classificação dos bens públicos à luz do critério da afetação pública, é correto afirmar que

- (A) as estradas são bens públicos de uso comum do povo. Por outro lado, os hospitais públicos são bens públicos de uso especial.
- (B) as estradas são bens públicos de uso especial. Por outro lado, os hospitais públicos são bens públicos de uso comum do povo.
- (C) as estradas e os hospitais públicos são bens públicos de uso comum do povo.
- (D) as estradas e os hospitais públicos são bens públicos de uso especial.
- (E) as estradas e os hospitais públicos são bens públicos dominicais.

42

O Estado do Rio Grande do Sul, em observância às formalidades legais, criou a sociedade de economia mista XYZ, tornando-se imprescindível a elaboração e a divulgação de um Código de Conduta e Integridade da estatal.

Nesse cenário, considerando o disposto na Lei nº 13.303/2016, o Código de Conduta e Integridade da sociedade de economia mista XYZ disporá sobre os seguintes itens, que estão corretos **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) Previsão de treinamento periódico, no mínimo semestral, sobre o Código de Conduta e Integridade, a administradores, e sobre a política de gestão de riscos, a empregados e administradores.
- (B) Canal de denúncias que possibilite o recebimento de denúncias internas e externas relativas ao descumprimento do Código de Conduta e Integridade e das demais normas internas de ética e obrigacionais.
- (C) Princípios, valores e missão da empresa pública e da sociedade de economia mista, bem como orientações sobre a prevenção de conflito de interesses e vedação de atos de corrupção e fraude.
- (D) Mecanismos de proteção que impeçam qualquer espécie de retaliação à pessoa que utilize o canal de denúncias.
- (E) Instâncias internas responsáveis pela atualização e aplicação do Código de Conduta e Integridade.

**43**

Foi criada a Fundação Sigma, no âmbito do Poder Executivo do Estado Alfa, com competência para desenvolver atividade titularizada por esse ente federativo, de natureza econômica, mas passível de ser delegada à iniciativa privada.

O Ministério Público do Estado Alfa, ao analisar se o referido ente da administração pública indireta teria personalidade jurídica de direito público ou privado, o que influiria em sua atuação funcional, concluiu corretamente que

- (A) por ser criada por lei, a Fundação Sigma tem personalidade jurídica de direito público.
- (B) toda fundação criada no âmbito do Poder Público, incluindo Sigma, tem personalidade jurídica de direito público.
- (C) por desenvolver atividade de natureza econômica, passível de ser delegada à iniciativa privada, tem personalidade jurídica de direito privado.
- (D) como se trata de atividade titularizada pelo Estado Alfa, ainda que passível de delegação, a Fundação Sigma tem personalidade jurídica de direito público.
- (E) em razão da atividade que desenvolve, a Fundação Sigma pode ter personalidade jurídica de direito público ou de direito privado, conforme o estatuto de sua criação ou autorização.

**44**

Determinadas forças políticas do Estado Alfa almejavam que a região sudeste do seu território fosse desmembrada para formar um território federal, o que contava com considerável adesão de parte da população de Alfa e era duramente criticada por outra parte.

Ao consultarem um especialista em relação à conformidade constitucional desse objetivo, foi-lhes corretamente esclarecido que

- (A) apesar de os territórios não integrarem a Federação, não há óbice constitucional à realização do objetivo almejado.
- (B) na medida em que Alfa terá parte de sua autonomia política restringida, é vedada a realização do objetivo almejado.
- (C) é possível a realização desse objetivo, mas será necessária a aprovação da população diretamente interessada e a edição de lei ordinária federal.
- (D) é possível a realização desse objetivo, mas será necessária a confluência de leis, estadual e federal, considerando que parte do território de Alfa será absorvida pela União.
- (E) é possível a realização desse objetivo, mas será necessária a aprovação da população diretamente interessada, mediante referendo, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

**45**

XX, criança representada por Maria, sua mãe, ingressou com ação de investigação de paternidade em face de João, o qual negava a paternidade que lhe era atribuída. Ao fim da relação processual, na qual foi produzida apenas prova testemunhal, o juiz de direito julgou improcedente o pedido formulado, tendo a decisão transitado em julgado. Ao atingir a maioridade, XX almejava rediscutir a paternidade que atribuía a João.

Ao consultar um especialista na matéria, foi corretamente esclarecido a XX que, na sua situação concreta, a coisa julgada

- (A) assume contornos absolutos, não podendo ser relativizada, o que decorre da necessidade de ser assegurada a segurança jurídica.
- (B) assumirá contornos absolutos ou relativos conforme o tempo decorrido desde a prolação da sentença de mérito em desfavor de XX.
- (C) enquanto instituto próprio do processo civil, não incide nas situações em que sejam discutidos direitos da personalidade, originários ou não.
- (D) assume contornos relativos, o que resulta da ponderação com os direitos da personalidade e do fato de não ter sido realizado o exame de DNA.
- (E) deve ser considerada, a exemplo do que ocorre na generalidade das situações, como um ponto de vista contrário à pretensão a ser formulada por XX, que pode ser afastado por outras provas.

**46**

Em reunião realizada com seus ministros, o Presidente da República recebeu a sugestão de que três matérias fossem disciplinadas por meio de medida provisória. A primeira matéria diz respeito à abertura de créditos orçamentários de natureza extraordinária.

A segunda matéria está consubstanciada nos conflitos de competência em matéria tributária que surjam entre os entes federativos. Por fim, a terceira matéria diz respeito aos critérios a serem utilizados para distribuição de recursos públicos aos partidos políticos por meio do denominado fundo partidário.

Ao fim da reunião, os participantes concluíram corretamente, em relação à possibilidade de disciplina das três matérias por meio de medida provisória, que isso é possível

- (A) em relação às três.
- (B) somente em relação à primeira.
- (C) somente em relação à segunda.
- (D) somente em relação à primeira e à terceira.
- (E) somente em relação à segunda e à terceira.

**47**

Um grupo de deputados federais apresentou proposta de emenda constitucional que tem por objetivo afastar a vedação de aumento de determinado imposto, com grande influência no equilíbrio macroeconômico, no mesmo exercício financeiro de edição da respectiva lei. Apesar de o país estar passando por uma grave comoção de repercussão nacional, o grupo entendeu que isso não seria óbice à apresentação da proposta, que foi subscrita por 175 deputados federais, número de integrantes do referido grupo.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a proposta de emenda constitucional a ser apresentada

- (A) apenas apresenta vício de iniciativa.
- (B) não apresenta nenhum vício de inconstitucionalidade.
- (C) apenas afronta um limite material de reforma constitucional.
- (D) apenas afronta um limite circunstancial de reforma constitucional.
- (E) afronta um limite material e um limite circunstancial de reforma constitucional, além de apresentar vício de iniciativa.

**48**

O Tribunal de Contas da União (TCU), ao se deparar com a alegada malversação de recursos públicos pela sociedade empresária Delta, que firmara ajuste com o referido ente, adotou, em caráter provisório, a partir de permissivo legal, medida cautelar de indisponibilidade dos bens dessa sociedade. Também em caráter provisório, desconsiderou a personalidade jurídica de Delta e estendeu a medida aos seus sócios.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que

- (A) em razão da presunção de inocência, quaisquer medidas restritivas dos direitos individuais, a serem adotadas pelo TCU, pressupõem o trânsito em julgado da decisão condenatória.
- (B) a desconsideração da personalidade jurídica de Delta é medida que não pode ser decretada pelo TCU, cuja atividade é restrita à fiscalização dos gestores do dinheiro público, o que a limita a Delta.
- (C) tanto a indisponibilidade de bens como a desconsideração da personalidade jurídica pressupõem que tenham sido assegurados o contraditório e a ampla defesa, logo, o TCU agiu de modo ilícito.
- (D) a indisponibilidade de bens, nas circunstâncias indicadas, por restringir o direito de propriedade, somente pode ser decretada pelo Poder Judiciário, não pelo TCU, logo, a lei que a autorizou é inconstitucional.
- (E) a decretação da indisponibilidade de bens e a desconsideração da personalidade jurídica, nas circunstâncias indicadas, consubstanciam manifestação de poderes implícitos do TCU, de estatura constitucional.

**49**

O estado Alfa editou a Lei nº X, que dispôs sobre o diferimento do recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços indicados na ordem constitucional (ICMS), incidente sobre as operações de venda da produção das indústrias que venham a ser instaladas no norte de Alfa, como forma de estimular o desenvolvimento dessa região. A medida foi muito elogiada pelo setor econômico beneficiado, mas criticada pelos demais setores.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a Lei nº X

- (A) por conceder benefício fiscal, deveria ser antecedida de autorização prevista em lei complementar federal.
- (B) afronta a isonomia tributária, de modo que igual benefício deve ser assegurado aos setores econômicos preteridos.
- (C) se ajusta à sistemática constitucional, pois o referido tratamento diferenciado não consubstancia benefício fiscal.
- (D) se ajusta à sistemática constitucional, pois o ICMS é tributo de competência de Alfa, que pode conceder benefícios fiscais com base na sua autonomia política.
- (E) por conceder benefício fiscal, deveria ser antecedida de autorização concedida por meio de convênio celebrado com os demais Estados e o Distrito Federal.

**50**

Determinado Deputado Federal apresentou proposição legislativa para que a dívida pública, de todos os níveis de governo, apresentasse uma trajetória de convergência considerando o seu montante e os limites definidos na legislação, com a correlata especificação de medidas de ajuste, suspensão e vedações relacionadas à gestão de pessoal.

Considerando os balizamentos estabelecidos pela sistemática constitucional, é correto afirmar em relação à referida proposição que

- (A) em razão da autonomia política dos entes federativos, as medidas previstas na proposição serão aplicadas apenas à União.
- (B) a proposição apresenta vício de iniciativa, pois somente poderia ser apresentada pelo Chefe do Poder Executivo Federal.
- (C) lei ordinária nacional deve dispor sobre as medidas descritas na proposição, além de outras afetas ao equilíbrio na evolução da dívida pública.
- (D) as medidas previstas na proposição são constitucionais, sendo que todos os entes federativos devem conduzir suas políticas fiscais de forma a atendê-las caso a proposição seja convertida em lei.
- (E) as medidas de caráter nacional devem ficar adstritas à especificação da trajetória de convergência da dívida, não podendo avançar para a previsão de sanções, como aquelas previstas na proposição.

51

Ao analisar um processo administrativo fiscal, o auditor com competência para a matéria observou que o artigo da Constituição da República objeto de análise deveria ser compreendido em uma perspectiva unívoca, na qual o intérprete deve desenvolver uma atividade de conhecimento da norma preexistente, não se arvorando em participe do processo de criação normativa.

Nesse caso, é correto afirmar que as considerações do auditor

- (A) são refratárias ao formalismo clássico.
- (B) se harmonizam com o processo de mutação constitucional.
- (C) se harmonizam com as concepções teóricas lastreadas no realismo jurídico.
- (D) reconhecem a importância da dicotomia entre programa da norma e âmbito da norma na interpretação constitucional.
- (E) são refratárias às concepções teóricas que se valem do pensamento problemático na interpretação constitucional.

52

João, segurado do Regime Geral de Previdência Social, ajuizou ação de revisão de benefício, em face da autarquia federal responsável pela gestão do referido regime, perante a Vara Única da Justiça Estadual, da Comarca formada pelo Município Alfa, em cujo território está domiciliado.

Na situação descrita, é correto afirmar que o Juiz estadual, em relação ao processo e julgamento da causa, é

- (A) incompetente.
- (B) competente, exigindo-se apenas que a Comarca não seja sede de vara federal.
- (C) competente, caso a Comarca não seja sede de vara federal e a lei autorize a sua atuação.
- (D) incompetente, salvo se a União delegar aos Estados competência para legislar sobre a Previdência Social.
- (E) competente, e os recursos interpostos contra suas decisões são julgados pelo Tribunal de Justiça a que está vinculado.

## **Direito Tributário e Legislação Tributária**

53

No que se refere à imunidade dos partidos políticos e de suas fundações, assinale a afirmativa correta.

- (A) A imunidade dos partidos e de suas fundações estende-se a todas as sanções de natureza tributária.
- (B) Os partidos políticos e suas fundações são imunes em relação a quaisquer tributos, por expressa determinação constitucional.
- (C) A partir da Emenda Constitucional nº 133/2024, os processos que discutem infrações tributárias, exceto as previdenciárias, devem ser extintos, independentemente da fase processual em que se encontrem.
- (D) Os partidos políticos, por serem entidades de direito público, não fazem jus a qualquer programa de recuperação fiscal.
- (E) O benefício concedido pela imunidade dos partidos políticos não alcança os processos de prestação de contas eleitorais e anuais.

54

Acerca dos princípios constitucionais tributários, inclusive aqueles introduzidos com a Reforma Tributária, avalie os itens a seguir.

- I. O princípio da simplicidade, introduzido no texto constitucional a partir da aprovação da reforma de 2023, é obrigatório apenas para os tributos relativos ao consumo, pois não há como aplicá-lo a todo o sistema tributário.
- II. Uma hipótese de aplicação do novo princípio da cooperação em matéria tributária é a criação do Comitê Gestor do IBS, que representará os interesses dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- III. O princípio da defesa do meio ambiente em matéria tributária deve ser amplo, mas não admite a concessão de regimes fiscais favorecidos, em respeito aos princípios da igualdade e da livre concorrência.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

55

Acerca da vigência e da aplicação da legislação tributária, avalie os itens a seguir.

- I. As decisões exaradas pelos tribunais administrativos, relativas a processos fiscais, produzem efeitos na data da sua publicação.
- II. Na hipótese de edição de leis tributárias, que causem impacto relevante na sociedade, o prazo da *vacatio legis* deverá ser expressamente indicado pelo legislador.
- III. Em relação às normas interpretativas, a jurisprudência consolidada nos tribunais superiores entende que elas podem, inclusive, alterar os elementos da obrigação tributária original.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

56

Acerca do Simples Nacional, avalie as assertivas a seguir.

- I. As microempresas e as empresas de pequeno porte não têm direito a procedimentos simplificados na exportação.
- II. Na hipótese de participação em licitações, é assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- III. Nas contratações pela administração pública, direta e indireta, as microempresas e empresas de pequeno porte terão tratamento diferenciado.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e II, apenas.

57

De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, exarado no RE 970821/RS, o diferencial de alíquota consiste no recolhimento, pelo Estado de destino, da diferença entre a alíquota interestadual e a interna, de modo a equilibrar a partilha do ICMS em operações que envolvem entes federados diversos.

Acerca do assunto, avalie os itens a seguir.

- I. Segundo o STF, é constitucional a cobrança de diferencial de alíquota do ICMS pelo Estado de destino na entrada de mercadoria em seu território devido por sociedade empresária do Simples Nacional, independentemente da posição desta na cadeia produtiva ou da possibilidade de compensação dos créditos.
- II. O STF considerou constitucional a cobrança do ICMS-Difal com base na existência de decreto estadual, que regulamenta os dispositivos de Lei Complementar.
- III. A cobrança do ICMS-Difal de empresas optantes do Simples Nacional exige, além da previsão em Lei Complementar, a existência de lei estadual em sentido estrito.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

58

Considere a seguinte situação hipotética:

*A empresa Alfa atua no ramo de combustíveis e é contribuinte substituída para fins do ICMS substituição tributária para frente. Numa operação recente, a empresa Alfa revendeu mercadorias por um preço 10% menor do que a base de cálculo presumida para o recolhimento do tributo.*

De acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores sobre o tema, avalie os itens a seguir.

- I. Não se aplica ao caso do enunciado a regra de restituição de tributos prevista no Art. 166 do CTN, que trata do pagamento indevido.
- II. O montante pago a título de substituição tributária no momento da operação anterior à revenda feita pela empresa Alfa era indevido e deve ser restituído.
- III. Trata-se, na hipótese, de ICMS incluído no preço da mercadoria vendida, o que exige a comprovação do não repasse financeiro para fins de repetição do indébito.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e II, apenas.

59

O Congresso Nacional aprovou, em dezembro de 2023, a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu o novo modelo de tributação sobre o consumo, que será implantado, gradualmente, nos próximos anos.

Sobre a Reforma Tributária, avalie os itens a seguir.

- I. O Imposto Seletivo, de competência da União, poderá ter o mesmo fato gerador e a mesma base de cálculo de outros tributos.
- II. Com a Reforma Tributária o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), terá suas alíquotas reduzidas a zero em todo o país, a partir de 2027.
- III. A Reforma Tributária previu a possibilidade de criação de contribuições estaduais transitórias, que incidirão sobre produtos primários e semielaborados.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II, apenas.

60

A empresa Beta importou do exterior um novo modelo de equipamento eletrônico, para uso no seu laboratório de testes em Porto Alegre.

Dadas as características inovadoras do equipamento, a empresa tem dúvida quanto à correta classificação fiscal, de acordo com as regras previstas na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

Diante desse cenário, avalie os itens a seguir.

- I. Em razão da dúvida, a empresa pode formular consulta à Receita Federal do Brasil acerca da correta classificação do equipamento.
- II. O pedido de consulta não pode ser formulado para sanar dúvidas sobre a correta classificação de mercadorias, por ausência de previsão legal.
- III. A consulta eficaz produz o efeito de impedir a aplicação de multa e de juros de mora, desde que protocolizada antes do prazo legal para o recolhimento dos tributos correspondentes.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

**61**

A empresa Gama foi autuada pela Receita Federal do Brasil por suposta infração às regras do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas em razão de despesas que foram consideradas indedutíveis. Inconformada com a autuação, a empresa Gama apresentou recurso administrativo, pugnando pela dedutibilidade das despesas e consequente improcedência do lançamento efetuado.

Com base nessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- (A) Independentemente do desfecho do processo administrativo fiscal, o crédito tributário poderá ser inscrito em dívida ativa, para resguardar os interesses da administração tributária em caso de decisão desfavorável ao contribuinte.
- (B) O crédito autuado permanece exigível, sendo necessário, para a suspensão da exigibilidade, o depósito do montante integral questionado.
- (C) Inexiste suspensão do crédito tributário na hipótese, pois a autuação contra a empresa Gama foi lavrada em razão de infração à legislação do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas.
- (D) Como a empresa Gama apresentou recurso administrativo contra a autuação, resta prejudicada a possibilidade de ação no Judiciário, caso derrotada na esfera administrativa, em razão do princípio da concomitância.
- (E) A exigibilidade do crédito tributário ficará suspensa até a decisão final da matéria na esfera administrativa.

**62**

Acerca do Imposto de Renda retido na fonte como receita dos Estados, considerando, inclusive, a legislação do Rio Grande do Sul, avalie os itens a seguir.

- I. Todos os valores correspondentes ao Imposto de Renda deverão ser retidos, inclusive quanto aos pagamentos efetuados às instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico.
- II. Os órgãos da administração pública direta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios são obrigados a reter na fonte o Imposto de Renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas contratadas.
- III. No Rio Grande do Sul, todos os valores, a título de Imposto de Renda, decorrentes de contratos, compras e pagamentos realizados pelos órgãos, autarquias e fundações do Estado deverão ser imediatamente recolhidos ao Tesouro.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

**63**

O Município de Mata Verde instituiu uma taxa de coleta de resíduos sólidos, que deverá ser paga por todos os contribuintes.

Acerca dos critérios legais que balizam a instituição de taxas de coleta de resíduos sólidos no Brasil, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Município de Mata Verde não poderia criar taxa de coleta de resíduos sólidos, tributo que foi considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.
- (B) O consumo de água e a frequência da coleta dos resíduos sólidos não poderão ser utilizados como elementos para a definição do valor a ser cobrado dos contribuintes.
- (C) Por força do princípio da autonomia, os municípios não são obrigados a propor instrumento de cobrança para a coleta de resíduos sólidos no âmbito de seus territórios, situação que não se equipara à hipótese de renúncia de receita prevista nas normas de responsabilidade na gestão fiscal.
- (D) As taxas de coleta de resíduos sólidos não podem utilizar, na definição de sua base de cálculo, elementos que integrem a base de cálculo de determinado imposto.
- (E) A criação de taxas de resíduos sólidos deve considerar a adequada destinação dos resíduos coletados e o nível de renda da população atendida.

**64**

A Emenda Constitucional nº 132/2023 trouxe diversos acréscimos e alterações às premissas originais do projeto de Reforma Tributária.

Acerca do tema assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- ( ) Apesar de toda a lógica da tributação sobre o consumo tomar como referência o princípio da não cumulatividade, a própria Emenda Constitucional nº 132/2023 veiculou hipótese de incidência monofásica.
- ( ) A reforma aprovada criou, para diversas hipóteses, regimes favorecidos, específicos e diferenciados de tributação, com impacto direto nas alíquotas de diferentes setores, produtos e serviços.
- ( ) Caberá à lei complementar fixar a alíquota da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência da União.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – F – V.
- (B) F – V – V
- (C) F – F – F.
- (D) V – F – V.
- (E) V – V – F.

**65**

A construtora Sólida Ltda., com sede em Porto Alegre, foi autuada pela fiscalização do Município de Caxias do Sul, pelo não recolhimento integral do ISS relativo à construção de um prédio comercial no seu território. Em sua defesa, a empresa alega que parte do valor dos serviços se refere à elaboração dos projetos executivos da obra, que foram realizados na sede da empresa.

Com base na situação apresentada, assinale a afirmativa correta.

- (A) O ISS é devido apenas no Município onde está estabelecido o prestador, independentemente do local da prestação do serviço.
- (B) O ISS é devido integralmente no local da execução da obra, razão pela qual é correta a autuação pelo Município de Caxias do Sul.
- (C) Como os projetos executivos necessários para a realização da obra foram realizados em Porto Alegre o argumento de defesa da empresa está correto.
- (D) O valor do ISS, na hipótese, deve ser dividido entre os Municípios de Porto Alegre, que tem competência para tributar o valor correspondente aos projetos executivos, e Caxias do Sul, em relação ao valor de construção da obra.
- (E) Segundo entendimento do STJ, em sede de recurso repetitivo, em se tratando de construção civil, o ISS é devido no local do estabelecimento do contribuinte.

**66**

A empresa Tecno adquiriu ativos de uma outra empresa, a Eletro, que estava em processo de falência. Depois da aquisição, a Fazenda Estadual autuou a empresa Tecno por débitos tributários deixados pela Eletro. Em sua defesa, a Tecno demonstra que a aquisição foi feita mediante leilão judicial, razão pela qual não pode ser responsabilizada pelos débitos da Eletro.

Com base na situação hipotética apresentada, assinale a afirmativas correta.

- (A) Na sucessão empresarial, a responsabilidade pelos débitos da sucedida é automática, nos termos do Art. 133 do Código Tributário Nacional.
- (B) A empresa adquirente Tecno responde subsidiariamente com a empresa Eletro pelos débitos decorrentes da alienação.
- (C) A empresa adquirente Tecno não pode ser responsabilizada pelos débitos da alienante, pois a aquisição se deu por meio de leilão judicial, em processo de falência.
- (D) A empresa adquirente Tecno responde integralmente pelos débitos da alienante, pois ela, com a falência, cessou suas atividades.
- (E) A empresa adquirente Tecno pode ser responsabilizada pelos débitos da alienante, pois a sucessora responde pelos tributos devidos pela sucedida, nos termos do Código Tributário Nacional.

**67**

Com a Reforma Tributária, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) terá sua competência compartilhada entre os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Acerca do Comitê Gestor do IBS, avalie os itens a seguir.

- I. O Presidente do Comitê Gestor do IBS pode ser convocado a prestar informações pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal ou por qualquer de suas Comissões.
- II. Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar conflitos entre os entes federativos e o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços.
- III. O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços é uma entidade pública sob regime especial, com independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

**68**

A incidência do ICMS decorre da subsunção, que é o perfeito enquadramento do fato realizado no mundo real com a hipótese prevista na norma que instituiu o tributo.

Acerca do fenômeno da incidência assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- ( ) O ICMS não incide sobre operações de alienação fiduciária em garantia, como no caso de operação efetuada pelo credor por força do inadimplemento do devedor.
- ( ) O ICMS incide sobre o fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos municípios.
- ( ) O ICMS não incide sobre serviços de transmissão e distribuição e sobre encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – F.
- (B) V – F – V.
- (C) F – V – V.
- (D) V – V – V.
- (E) F – V – F.

## Administração Pública e Políticas Públicas

69

Depreende-se do site da Transparência Internacional Brasil que:

*A corrupção é um dos maiores obstáculos para a estabilidade da democracia no Brasil e no mundo. Ela compromete políticas públicas necessárias, atrasa o desenvolvimento do país e a busca por justiça social, além de minar a confiança dos cidadãos nas instituições que sustentam a democracia.*

Visando fortalecer a credibilidade das instituições no Brasil foi sancionada a Lei Complementar nº 131/2009 que, entre ações de combate à corrupção, propõe

- (A) a substituição da transparência pela participação popular e a realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.
- (B) a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.
- (C) a adoção de um sistema customizado e descentralizado por ente da Federação para a administração financeira e o controle.
- (D) a introdução de mecanismos de transparência que não impliquem em qualquer modificação à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).
- (E) a introdução da denúncia qualificada, permitindo que apenas partidos políticos, associações ou instituições sindicalizadas sejam partes legítimas para denunciar ao respectivo Tribunal de Contas e ao órgão competente do Ministério Público o descumprimento das prescrições nela estabelecidas.

70

No processo de Planejamento, a melhoria da gestão no setor público envolve a utilização de abordagens ou ferramentas de gestão de desempenho que já são amplamente usadas por empresas e organizações para alinhar atividades operacionais com objetivos estratégicos.

Sobre o tema, avalie as afirmações a seguir.

- I. O modelo de Governo Eletrônico (e-GOV) é a principal ferramenta em gestão de desempenho que deriva das práticas tradicionais das organizações privadas.
- II. Como exemplo de abordagem temos a *Balanced Scorecard* (BSC) que tem como característica uma construção estruturada e com foco no longo prazo.
- III. Como exemplo de abordagem, temos a metodologia *Objective Key Results* (OKR), que tem como características oferecer maior simplicidade e foco em metas de curto prazo.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

71

A governança pública contribui para assegurar que os interesses da sociedade orientem as decisões de políticas. Nessa linha, existem modelos e teorias aplicáveis robustas que fundamentam e sustentam a implementação da governança nas instituições públicas.

Avalie se as teorias e modelos de referências ao Sistema de Governança Pública incluem:

- I. Teoria do Gerencialismo.
- II. Teoria da Agência.
- III. Teoria Institucional.
- IV. Teoria da Burocracia.
- V. Teoria da Escolha Pública.

Estão corretos os itens

- (A) II, III, IV e V, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) II, III e V, apenas.
- (D) I, II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e V, apenas.

72

O ciclo de políticas públicas é um modelo composto por vários estágios e fases que orientam a formulação, a implementação e a avaliação de políticas públicas.

Avalie se o estágio de formulação inclui as seguintes ações:

- I. Formação da agenda pública, isto é, a escolha do conjunto de problemas ou temas considerados merecedores de intervenção pública.
- II. Desenho da política pública, que contempla a caracterização da política com base em um modelo lógico que explicita, entre outras coisas, seus objetivos, seus produtos, suas atividades, seus resultados e seus impactos.
- III. Estruturação da governança e gestão, que envolve a definição das estruturas de governança, de gestão de riscos e controles internos, de monitoramento e de avaliação da política pública.
- IV. Tomada de decisão, que representa o momento em que os interesses dos atores são equacionados e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento de um problema são explicitadas.

Estão corretos os itens

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) I, II e IV, apenas.

73

É possível definir governança pública como um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Nesse sentido, avalie se os princípios da governança pública incluem:

- I. Capacidade de resposta.
- II. Integridade.
- III. Confiabilidade.
- IV. Monitoramento do desempenho da organização.

Estão corretos os itens

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II e IV, apenas.

74

A gestão de riscos é um elemento-chave da governança nas organizações do setor público em termos de suas estruturas, seus processos, seus valores corporativos, sua cultura e seu comportamento.

Nessa linha, avalie as afirmativas a seguir relativas à gestão de risco.

- I. Para falarmos de riscos, uma palavra é fundamental: objetivo. Se não temos um objetivo, não há que se falar em eventos que podem atrapalhar ou ajudar a atingi-lo.
- II. Os benefícios gerados por um gerenciamento de riscos compensam os eventuais custos incorridos com sua implementação. Dessa forma, não precisam ser estabelecidos procedimentos de controle interno proporcionais ao risco.
- III. Análise de riscos, para prevenir a ocorrência de riscos e diminuir o impacto de suas consequências, busca identificar as possíveis causas, as consequências e os controles existentes.
- IV. O objetivo da gestão de riscos é promover meios para que as incertezas não desviem os esforços da organização de seus objetivos.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) II, III e IV, apenas.

75

O processo Licitatório e as fases da despesa pública constituem etapas do Ciclo de Compras que, customizado para o setor público envolve, nesta ordem:

- (A) Recebimento das requisições de compra – Instrução processual – Licitação – Empenho – Liquidação – Pagamento.
- (B) Licitação – Empenho – Liquidação – Pagamento – Instrução processual – Recebimento das requisições de compras.
- (C) Licitação – Instrução processual – Empenho – Liquidação – Pagamento – Recebimento das requisições de compras.
- (D) Empenho – Liquidação – Pagamento – Instrução processual – Licitação – Recebimento das requisições de compra.
- (E) Instrução processual – Recebimento das requisições de compra – Licitação – Empenho – Liquidação – Pagamento.

76

Conforme preconiza o TCU, a gestão de riscos tem como objetivo auxiliar a tomada de decisão, provendo segurança ao cumprimento da missão e ao alcance dos objetivos institucionais. Avalie se os princípios da gestão de risco incluem:

- I. Fomentar de forma responsável a inovação e a ação empreendedora ao realizar algo que nunca foi feito antes, ou algo que implique riscos, bem como identificar, avaliar e tratar esses riscos.
- II. Compreender o ambiente externo e interno em cujo objeto de gestão de riscos se encontra inserido e identificar parâmetros e critérios a serem considerados no processo de gestão de riscos.
- III. Compreender o reconhecimento e a descrição dos riscos relacionados aos objetivos/resultados de um objeto de gestão de riscos, envolvendo a identificação de possíveis fontes de riscos.
- IV. Aplicar-se a qualquer tipo de atividade ou projeto. A gestão de riscos pode ser aplicada a qualquer ação organizacional que tenha um objetivo claro ou da qual resulte um produto ou serviço definido.

Estão corretos os itens

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I e IV, apenas.

77

Uma gestão que tem como foco a melhoria dos processos organizacionais da administração pública preenche um pré-requisito na busca pela excelência gerencial.

Considerando essa afirmação, assinale a opção que apresenta um exemplo de ferramenta que amplia uma simples técnica de avaliação e que viabiliza a consecução do referido pré-requisito.

- (A) O ciclo PDCA ou ciclo de Shewart.
- (B) A análise cíclica OKR (*Objective and Key Results*).
- (C) Aplicação do *Balanced Scorecard* (BSC).
- (D) A aplicação do modelo de Governo Eletrônico (e-GOV).
- (E) O modelo da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

78

A Lei nº 12.527/2011, ou Lei de Acesso à Informação (LAI), estabelece diretrizes para a transparência pública.

Com base nessa legislação, avalie as afirmações a seguir.

- I. A LAI não se aplica às empresas públicas que operam em regime de concorrência, como as estatais.
- II. Para os procedimentos de acesso à informação, o prazo máximo para resposta a um pedido realizado é de 60 dias, prorrogáveis por igual período, mediante justificativa.
- III. Qualquer pessoa, física ou jurídica, pode solicitar informações públicas, sem necessidade de apresentar justificativa para o pedido.
- IV. Informações relacionadas a direitos humanos violados são automaticamente classificadas como sigilosas por questões de segurança.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) II e IV, apenas.

**79**

De acordo com informações da obra *Licitações e Contratos*, do Tribunal de Contas da União, no processo de compras públicas, a aquisição de um bem pode demorar em média 180 dias. Já os órgãos públicos de referência na área de compras governamentais conseguem diminuir esse interstício para cerca de 45 a 60 dias. No processo de compras públicas, além desse atributo desejável, que é o da \_\_\_\_\_, o gestor deve preconizar \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_.

- As lacunas são corretamente preenchidas, respectivamente, por
- (A) busca pelo menor preço / a redução do superfaturamento / qualidade.
  - (B) celeridade / a busca pelo menor preço / a qualidade.
  - (C) dilação do prazo da compra / a busca pelo menor preço / a quantidade.
  - (D) dilação do prazo da compra / a redução do subfaturamento / a quantidade.
  - (E) celeridade / a busca pelo menor preço / o maior lucro.

**80**

Na Gestão Estratégica Governamental, o planejamento é o processo no qual os órgãos públicos definem suas diretrizes, objetivos e metas de curto, médio e longo prazos, baseando-se na identidade institucional e nos recursos disponíveis. Nesse processo, é fundamental que metodologias para medição de desempenho do setor público sejam usadas. Entre tais metodologias se destacam a *Balanced Scorecard* (BSC) e a *Objective and Key Results* (OKR).

Considerando as características de cada uma, classifique os itens a seguir como BSC (1) ou OKR (2).

- ( ) Na gestão pública, a metodologia permite a definição clara de metas de curto prazo alinhadas com as missões de longo prazo do governo, promovendo foco, alinhamento, e comprometimento entre diferentes níveis da administração.
- ( ) Os resultados dessa metodologia em serviços públicos devem ser medidos por meio de indicadores claramente definidos e relevantes para cada objetivo promovendo uma gestão mais dinâmica e adaptativa que pode melhor atender às necessidades dos cidadãos.
- ( ) Na metodologia aplicada nas organizações públicas, a perspectiva financeira não é o objetivo final, mas sim um meio para obtenção de recursos necessários para o cumprimento de sua função social, sendo assim, está orientada para a execução do orçamento público.
- ( ) Para implementar a metodologia nas organizações públicas, primeiramente deve-se adaptar as quatro perspectivas da ferramenta para refletir as diretrizes estratégicas institucionais.

A classificação correta, na ordem apresentada, é

- (A) 1 – 2 – 2 – 1.
- (B) 2 – 1 – 1 – 2.
- (C) 2 – 1 – 2 – 2.
- (D) 2 – 2 – 1 – 1.
- (E) 1 – 1 – 2 – 1.

Realização

